

Paper do NAEA Volume 28

Metropolização e turismo: um estudo sobre a Ilha de Cotijuba, Belém – Pará

Nabila Suelly Souza Pereira¹



RESUMO

Belém possui mais da metade de seu território composto por ilhas. Tais ilhas delineiam a paisagem da cidade demonstrando sua realidade ribeirinha, pois acompanhando a característica das cidades Amazônicas tradicionais, a capital paraense nasceu às margens do rio. Atualmente, o rio ainda possui forte relação com o fluxo da capital, principalmente para as ilhas e outros municípios do Pará, no entanto, assumindo também uma nova funcionalidade que coexiste com as características ribeirinhas e a nova temporalidade da metrópole. Com objetivo de analisar e identificar a relação da metropolização de Belém e o turismo ocorrente na ilha de Cotijuba, partiu-se primeiramente de um breve estudo bibliográfico do processo histórico-geográfico da metropolização da capital paraense e suas ilhas, trabalho de campo e entrevistas. Assim, fora identificada a configuração de um turismo heterogêneo que coexiste com a expansão do tecido urbano da capital, alertando a necessidade de ser repensado com ações mais ativas do Estado buscando o desenvolvimento local e a capacidade da comunidade se apropriar do turismo sem perder de vista as novas relações que se estabelecem na ilha.

Palavras-chave: Metropolização. Turismo. Amazônia. Belém. Ilha de Cotijuba.

¹ Formação: Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Especialização em Gestão e Planejamento do Patrimônio Cultural pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo (UFPA). Endereço físico para correspondência: Av. Independência, passagem São Pedro, bairro Cabanagem. CEP: 66625-500 – Belém - Pará - Brasil. E-mail: nabilapereira@hotmail.com.

ABSTRACT

Belém has more than half of its territory composed of islands. These islands delineate the landscape of the city demonstrating its riverside reality, because, following the characteristic of the traditional Amazonian cities, the capital of Pará was born on the banks of the river. Currently, the river still has a strong relationship with the flow of the capital, mainly to the islands and other municipalities of Pará, but also assuming a new functionality that coexists with the riverside characteristics and the new temporality of the metropolis. In order to analyze and identify the relationship between the metropolization of Belém and the tourism that occurred on the island of Cotijuba, we started with a brief bibliographical study of the historical-geographical process of the metropolization of the capital of Pará and its islands, field work and interviews . Thus, the configuration of a heterogeneous tourism has been identified that coexists with the expansion of the urban fabric of the capital, alerting the need to be rethought with more active actions of the State seeking local development and the capacity of the community to appropriate tourism without losing sight of the new relations established on the island.

Keywords: Metropolization. Tourism. Amazon. Belém. Island of Cotijuba.

.

INTRODUÇÃO

Quando neste trabalho se propõe tratar do espaço de Belém e suas ilhas, é conveniente destacar que o espaço aqui tratado é essencialmente o espaço social, aquele que não existe sem a presença humana, que não é produzido e reproduzido senão pelas relações sociais. O espaço aqui tratado não se prende apenas nas formas e sim inerentemente ao seu conteúdo, o que lhe dá a qualidade de espaço social. Aquele que Santos (2009) chamou de sistema indissociável de objetos e ações e que permanece em constante processo de transformação (SANTOS, 2012).

É nesse sentido que compreendemos o espaço de Belém e suas ilhas em que 65,64% da extensão territorial é composto por ilhas e apenas 34,36% é o total da porção continental, como uma cidade que nasce em meio à floresta amazônica, às margens do rio e teve seu processo de urbanização ligado inicialmente a temporalidade que as condições do seu aspecto natural lhe propiciaram.

Portanto, é nas ilhas que o rio como protagonista se mostra parte da estrutura e organização da vida na produção do espaço social dos ilhéus em Belém. Acompanhada ao fato de as ilhas estarem no híbrido rural-urbano do município, as intervenções urbanas que abarcam a relação cidade-rio pouco têm voltado os olhares às ilhas, pois são nelas que águas se constituem em um potencial intenso ao turismo – no sentido de fuga do modo de vida urbano, pela busca do sossego, ao passo que a vida cotidiana do ilhéu se reproduz coexistindo com a chegada do visitante.

A insularidade amazônica é marcada pelas trocas econômicas com as cidades e abastecimentos de feiras. As ilhas de Belém possuem intensa relação com o continente subsidiadas por diversos portos dispostos na extensão da orla da cidade. De acordo com Diegues (1998) o processo de insularidade no Brasil conviveu com relações de contradição entre a condição de ilha-refúgio, ilha-paraíso e ilha-inferno. Na Amazônia, tal condição não foi diferente, pois muitas das ilhas, no início da colonização serviam como local onde eram instalados os faróis para auxiliar nas navegações, posteriormente onde se instalavam os engenhos para produção de alimentos e no caso da Ilha de Cotijuba, foi onde se instalou o espaço de atividade correcional para menores e posteriormente uma prisão pela qual sua história é bastante propagada.

De acordo com Miranda (2015), a partir do século XX as ilhas ganharam uma nova centralidade no processo de produção do espaço em Belém, as ilhas adquiriram o potencial para o turismo e lazer. As ilhas de Caratateua, Mosqueiro e Onças eram as mais procuradas pela elite estrangeira e pelos novos ricos da comercialização do látex (MIRANDA 2015). Foi partir de 1970 que as ilhas ganharam maior visibilidade do poder público. A organização do espaço estabeleceu-se por meio da construção de vias de acessos às ilhas, como as pontes, a construção de escolas, postos de saúde e delegacias. Essas medidas acompanharam o processo de metropolização de Belém que desencadeou a expansão do tecido urbano também às ilhas.

É nessa perspectiva que o objetivo deste artigo é identificar e analisar a relação do processo de metropolização de Belém e as atividades turísticas na ilha de Cotijuba, para tanto, precisouse inicialmente de um estudo bibliográfico sobre os diversos aspectos históricos e geográficos da ilha, o processo de metropolização de Belém e nesses processos, a configuração das atividades turísticas realizadas. Optou-se também, como procedimento metodológico, trabalhos de campo e entrevistas semiestruturadas.

Como produto de uma pesquisa maior, uma dissertação de mestrado apresentada no ano de 2018, este artigo permite apontamentos para um início de uma discussão sobre o desenvolvimento local na ilha, o papel do turismo e da metropolização de Belém nesse cenário.

A INCORPORAÇÃO DAS ILHAS NA METROPOLIZAÇÃO DE BELÉM: AS PARTICULARIDADES DE COTIJUBA

A metropolização de Belém inicia-se em 1960 e consolida-se nos anos seguintes. É marcada pela chegada das rodovias e incorporação de outras cidades paraenses à capital e também a integração econômica às demais regiões do Brasil (TRINDADE JÚNIOR, 2016). Este processo de metropolização está marcado por dois momentos que são definidos, primeiramente, à forma metropolitana compacta e confinada, e o segundo, que diz respeito à forma metropolitana dispersa ou desconcentrada (TRINDADE JÚNIOR, 2016). Os dois momentos discutidos pelo autor apresenta a metrópole em processo de modificação.

No processo de modificação da forma confinada para dispersa, nota-se a incorporação de novas relações estabelecidas com as ilhas de Belém. Quando a mobilidade passa a ser um fator fundamental para a penetração de relações metropolitanas mais acentuadas em lugares antes distantes que possuíam até então, em seu modo de vida, costumes e temporalidades ligadas profundamente ao rural e a vida ribeirinha. As três maiores ilhas de Belém, frente à metropolização ligada a forma dispersa, sofreram nova configuração espacial caracterizada pela expansão do tecido urbano metropolitano e pela introdução de novos equipamentos urbanos e pela especulação imobiliária. O conceito de tecido urbano, explica que este não se faz apenas como algo posto a cima de um território e sim permite descontinuidades (LEFEBVRE, 2016).

O tecido urbano se revela como “proliferação” não só da forma urbana num dado espaço, e sim, mais precisamente, o modo de vida urbano, as relações urbanas e também a temporalidade. Dessa forma, modifica-se o modo de vida e as relações sociais. Ainda de acordo com Lefebvre (2016), quando se parte de um olhar da cidade, podemos perceber, nesse sentido, a proliferação das periferias, mais também dos fluxos do urbano, das redes de serviços e das habitações.

De acordo com Trindade Júnior (1998), junto à reestruturação urbana, os assentamentos de baixa renda migram das baixadas localizadas nas áreas então centrais para novos vetores de expansão, redesenhando a forma espacial metropolitana e incorporando localidades em direção a Augusto Montenegro e BR 316. Nessa via, as ilhas também estão inclusas a essas modificações da metrópole, cada uma com suas particularidades assumindo novas relações, pois as ilhas estiveram como importante vetor de integração à metrópole a atividade balneária. Sendo a ilha de Mosqueiro e Caratateua ligadas por pontes e a ilha de Cotijuba pela regulamentação do transporte fluvial (GUERRA, 2004).

Junto ao processo de metropolização, a produção de um espaço de fuga do cotidiano urbano faz-se presente. A procura por espaços onde pode-se entrar em contato com a natureza. Nesse sentido que o papel das ilhas como espaço de lazer na divisão espacial do trabalho da metrópole belenense configura-se como produto da produção do espaço urbano e processo da metropolização. Para Lefebvre (2004), o que ocorre é o espraiamento do tecido urbano, à medida que este não significa apenas o domínio edificado das cidades e sim o conjunto das manifestações do urbano, uma segunda residência, uma rodovia configuram-se parte

do tecido urbano. Destarte este espraiamento do tecido urbano desencadeia também a produção de espaços periféricos, bem como

[...] periferização no Brasil e em Belém está intimamente ligada à fatores como pobreza, condições de habitação precárias, encarecimento da moradia no centro entre outros. Sendo este processo visível e intenso nas ilhas de Belém, principalmente Mosqueiro, Outeiro e Cotijuba. O Turismo nestes locais acentua a migração de pessoas que não trabalham com a terra nem com a pesca buscando uma moradia barata e a exploração de atividades novas como as ligadas ao turismo, gerando especulação imobiliária, posse ilegal de terrenos, loteamento irregular e desmatamento (HUFFNER, 2011, p. 91).

Com o espraiamento do tecido urbano e as novas configurações espaciais da metropolização de Belém, a ilha de Mosqueiro tornou-se um importante vetor de produção de moradia. No mais, sua importância como espaço de lazer, no contexto da região metropolitana decorre desde o início do século XX, com a compra de sítios e construção de casas de veraneio pela burguesia urbana formada durante o ápice da exploração da Borracha vivenciada por Belém nesse período (TAVARES, 2006). Assim, a ilha mostra-se com sua reestruturação espacial como produto do urbano e processo de metropolização de Belém, uma vez que:

A integração terrestre entre Mosqueiro e Belém proporcionou sim uma busca maior por terras na ilha com o propósito de se construir residenciais de uso ocasional sem que essa procura, por uma área suburbana, fosse alimentada pela especulação imobiliária que, na maioria dos casos, empurra parcelas da população para áreas mais afastadas do centro metropolitano, onde o preço da terra ou da residência é mais caro (FERREIRA, 2012, p. 82).

A integração de Mosqueiro à metrópole mostra-se mais intensa a partir da abertura da rodovia Augusto Meira Filho (1965) e a construção da ponte Sebastião de Oliveira (1976), estabelecendo assim a ligação desta ilha com a metrópole (FERREIRA, 2012). A partir de maior facilidade de acesso, a ilha passa a ser um importante vetor de ocupação permanente, portanto assumindo uma nova configuração espacial, uma vez que a produção de moradias de segunda residência passa a dar lugar a assentamentos permanentes (FERREIRA, 2012).

Já no caso da ilha de Caratateua, Vasconcelos (2018) atribui à década de 1980 a sua integração à dinâmica metropolitana, neste caso a partir da inauguração da ponte Enéas Pinheiro em 1986. Desde então, a ocupação desordenada teve seu crescimento gradativo pois

Nas décadas de 1990 e 2000 a expansão dos assentamentos “espontâneos” continuou e a procura por terras em Outeiro se expressou no seu aumento populacional que não foi acompanhado de políticas públicas, equipamentos e infraestruturas urbanas que conferissem melhoras significativas em termos de qualidade ambiental e de vida (VASCONCELOS, 2018, p.64).

A nova dinâmica de ocupação em direção a Augusto Montenegro conferiu a ilha de Caratateua, após a construção da ponte, um importante eixo para ocupação de terrenos. Vasconcelos (2018), afirma que por questões políticas houveram intensas concessões de terras, e um expressivo crescimento de assentamentos urbanos, que conferiu a ilha uma mancha urbana no interior do distrito. Porém, o que também se acentua facilmente é a concentração de terra nas mãos de pessoas com poder aquisitivo maior e loteadores, iniciando assim, um processo de especulação imobiliária intensa na ilha. Com efeito, a ilha de Caratateua se configura a partir da reestruturação de Belém, frente ao processo de metropolização, como um importante vetor de produção de moradia e espraiamento do urbano, constituída por assentamentos espontâneos, planejados e dirigidos. Notam-se

também as recentes tendências de especulação imobiliária levando para áreas mais afastadas do centro, empreendimentos de moradia de alto padrão como é o caso do Alphaville (SANTOS, 2017).

Já a ilha de Cotijuba tem suas maiores relações com a metrópole intensificadas mais tardiamente. De acordo com Huffner (2011), na década de 50 a ilha já apresentava maior ocupação a partir de loteamentos realizados como curral eleitoral para os apoiadores do governo de Alexandre Zacarias de Assumpção (1951-1956), na década de 80, após o desligamento da colônia penal, a ocupação desordenada passa a ser intensificada e a atividade turística passa a se instalar na ilha. Contudo, é a partir da implantação da linha fluvial que facilita o acesso da população da metrópole à ilha, que Cotijuba vivência maiores reestruturações em seu espaço a partir de uma realidade mais urbana, pois

Analisando os dois primeiros meses após a criação da linha fluvial, verifica-se um crescimento exorbitante no número de visitantes. Segundo dados da CTbel (Companhia de Transporte do Município de Belém), houve um incremento de cerca de 200%, sem considerar as pessoas que chegavam à Ilha através dos barcos da ABIC-Associação dos Barqueiros da Ilha de Cotijuba. Estima-se que, em novembro de 1994, aproximadamente 20 mil pessoas visitaram Cotijuba (SILVA, 2001, p. 20).

O processo de ocupação da ilha de Cotijuba também obteve maior intensidade após a implantação da rede elétrica (2005) quando as visitas à ilha passam a intensificar e o processo de ocupação e compra de terrenos para construção de casas de veraneio, o chamado turismo de segunda residência, cresce em grande medida. No quadro 1 observa-se uma tentativa de periodização dos principais acontecimentos ocorridos na ilha que obtiveram importantes influências em sua ocupação.

Quadro 01 - Cronologia da ocupação da Ilha de Cotijuba

Período de início	Descrição do acontecimento
Por volta de 1874	Funcionou na Ilha um engenho de branqueamento de arroz e, após a sua extinção, a Ilha foi apropriada por uma senhora de nome Joana, no entanto, algumas pessoas que trabalhavam no engenho permaneceram na ilha.
1932	A Ilha foi comprada pelo Desembargador Raimundo Nogueira de Faria, Juiz da 4ª Vara de Menores, que instaurou ali uma Colônia Reformatória/Educandário.
1945	A Cooperativa agrícola japonesa era composta por 18 famílias de origem japonesa, responsáveis por fornecer alimentos agrícolas para os alunos da colônia reformatória e por vender parte da produção no mercado do Ver-o-peso. Permaneceram no local por cerca de 20 anos.
1947	A Ilha foi repassada ao Governo do Estado do Pará, período em que a Colônia passa a experimentar um processo de decadência.
1968	O Governo do Estado transformou a Colônia/Educandário em Colônia Penal, que passou a ser vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, recebendo presidiários com alto grau de periculosidade.
1978	A Colônia Penal foi totalmente desativada, no entanto muitos remanescentes da Colônia, seus familiares e antigos funcionários, passaram a residir em Cotijuba.

1980	A Ilha começa a se firmar como um dos polos de lazer da cidade de Belém, começando assim a receber visitantes com esse intuito.
1994	A implantação da linha diária do navio de passageiros mantida pela PMB: um dos principais marcos da ocupação e visitação da ilha, pois se configura a relação diária da metrópole com a ilha com mais facilidade de acesso.
2000	Inauguração do terminal hidroviário Poeta Antônio Tavernard pela PMB: o porto muda de localidade podendo assim atracar embarcações maiores.
2005	Instalação da eletricidade na ilha: outro marco.

Fonte: SILVA, 2001; RODRIGUES, 2018 (Elaborado pela autora).

É importante ressaltar que de acordo com o quadro a cima a partir da década de 80 houveram implementações de equipamentos urbanos gerenciadas pelo poder público na ilha, demonstrando assim o espraiamento do tecido urbano e as modificações na configuração espacial. Diante de uma melhor facilidade de acesso e de maiores ofertas de serviços de cunho urbano, a ilha passa por inúmeras modificações socioespaciais. Estas modificações são intensificadas pelo aumento progressivo da atividade turística e pela substituição, em grande medida, de modo de produção agrícola e da pesca, o que configura as populações tradicionais ilhéus, pela atividade de serviços com uma dependência maior da atividade turística.

A PERSPECTIVA HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA ILHA DE COTIJUBA

A ilha de Cotijuba encontra-se sob jurisdição administrativa da Prefeitura Municipal de Belém, integra o Administração regional do Outeiro – AROUT² e pertence ao grupo de ilhas de maior extensão territorial e mais conhecidas pela população belenense (ver quadro 2), junto às ilhas de Mosqueiro, Caratateua (Outeiro) e Combu. Segundo Melo (2010), tais ilhas são consideradas áreas alternativas para o crescimento populacional da sede municipal devido ao acelerado processo de crescimento populacional que Belém apresenta nas últimas décadas, pressionando as áreas verdes do município, sofrendo apropriações para fins econômicos e turísticos e ocasionando mudanças socioambientais, como especulação imobiliária e danos à vegetação (HUFFNER, 2011).

Quadro 2 – Ilhas de Belém: extensão territorial em Km²

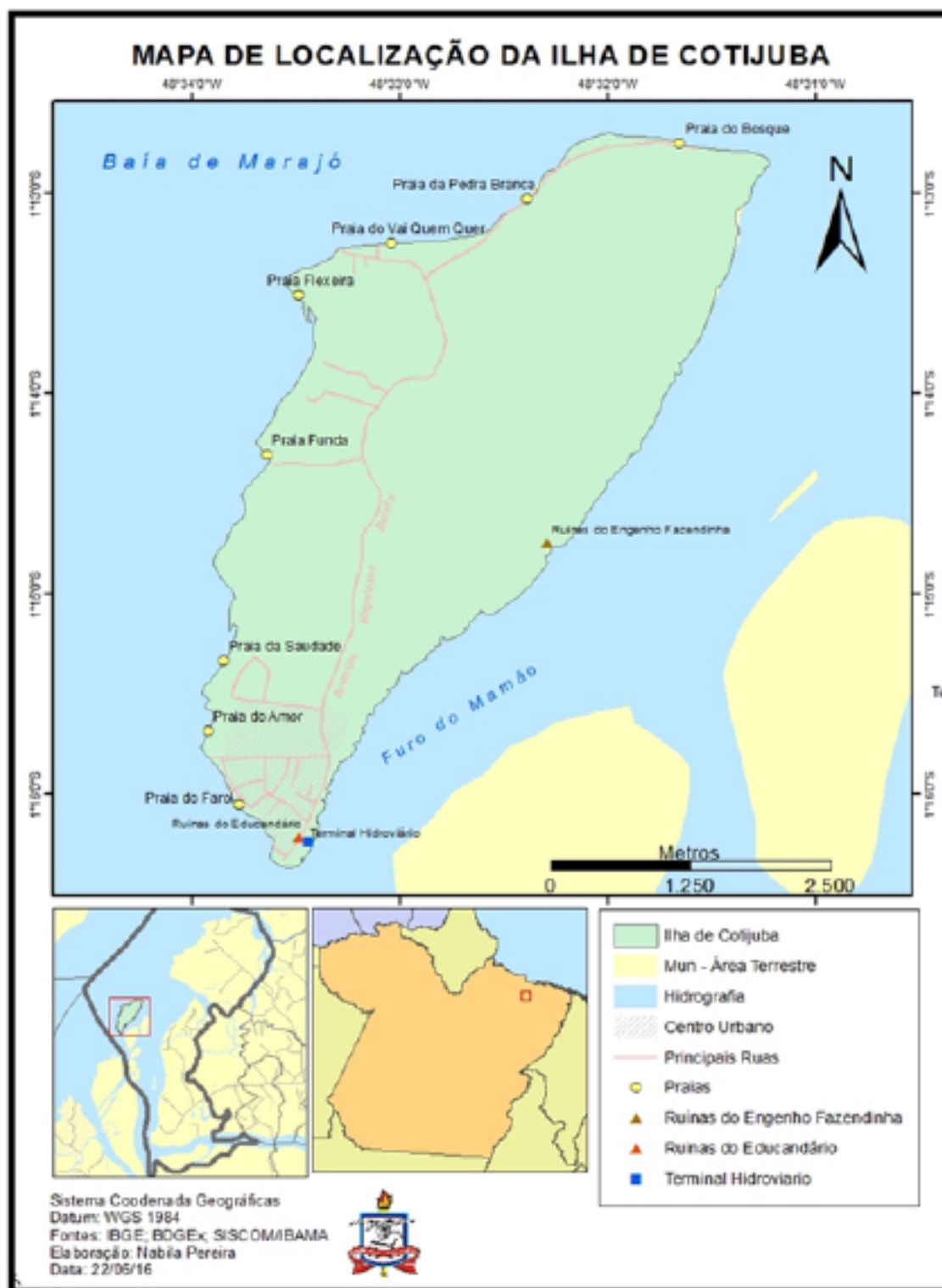
Ilhas	Extensão Territorial (Km ²)
Mosqueiro	211,7923
Carateua (Outeiro)	31,4491
Cotijuba	15,8071
Combu	14,9360

Fonte: Anuário Estatístico do Município de Belém, 2012 (Elaborado pela autora).

2 2ª Administração regional de Outeiro composto por: Ilhas de Outeiro (Caratateua): Santa Cruz, Jutuba, Coroinha/Nova, Croinha, Urubuoca/Paquetá-Açu Cotijuba, Itatuoca, Urubuoca/Papagaios/Jararaca, Barra/Patos/Jararaquina, Redonda/Jararaca/Longa, Patos/Nova/Mirim, Cruzador, Fortinho, Fortim/Barra, Cintra/Maracujá, Marineira/Combu, Murutura/Murutucu, Paulo da Cunha/Grande, Poticarvônia/Ilhinha, Negra, Viçosa e 06 ilhas sem denominação. Bairros: Água Boa, Brasília, São João do Outeiro e Itaiteua. (BELÉM, 2012).

A denominação Cotijuba tem origem indígena que significa “trilha dourada” (PINON, 2012). A ilha faz parte das 39 ilhas da capital paraense, localiza-se na confluência da Baía de Marajó com a Baía de Guajará, no estado do Pará (ver mapa 1).

Mapa 1 - Localização da Ilha de Cotijuba



Fonte: LAIG/UFGA, 2016 (Organizado pela autora).

A ilha tem distância de 22 km em linha reta de Belém, seu acesso é exclusivamente por via fluvial levando cerca de 40 a 60 minutos de barco com saída do porto de Icoaraci, distrito de Belém (ver figura 1). Integra o estuário amazônico, possui vegetação de mangue, clima quente e úmido, e a situação da alteração da cobertura vegetal está associada à ocupação urbana crescente e desordenada e à pressão humana sobre os remanescentes florestais nesses últimos anos (BELÉM, 2012). É na parte sul da ilha onde se concentra a maior densidade populacional (ver fotografia 1). Este fato culmina do histórico da ocupação da ilha denunciado pela organização do espaço próximo ao terminal hidroviário, antes próximo ao antigo porto da ilha.

Figura 01 - Trajeto às principais Ilhas de Belém



Fonte: PDTIS/Polo Belém, 2010.

De acordo com alguns autores (MELO, 2010; LOPES, 2012; PINON, 2012), a periodização da história de Cotijuba pode ser dividida em três momentos: o histórico do Engenho Fazendinha que contribuía na produção de alimentos no Brasil; a Brigada Militar Pernambucana³ nos tempos da Cabanagem⁴; e o histórico da CRC. De acordo com Melo (2010), a relação

³ A Brigada Militar Pernambucana era um alojamento de base militar que abrigou tropas militares do governo que combatiam os “revoltosos” cabanos (MELO, 2010).

⁴ Revolta popular ocorrida no Pará entre os anos de 1835 a 1840.

socioeconômica da ilha de Cotijuba com a cidade de Belém iniciou-se no século XVIII com a comercialização do arroz beneficiado no Engenho Fazendinha, atualmente em ruínas, porém ainda recebe visitas.

Fotografia 01 - Vista da porção Sul da Ilha de Cotijuba



Fonte: Cristino Martins / Ag. Pará/Fotospublicas, 2017.

As ruínas do engenho fazendinha (ver fotografia 02) é o registro mais antigo do patrimônio histórico na ilha, localiza-se na costa leste de Cotijuba em um sítio chamado também de fazendinha onde ali reside uma família de agroextrativistas. De acordo com Guerra (2001), o engenho de branqueamento de arroz em 1784 já era registrado como existente. Em visita recente ao engenho, pode-se observar os componentes do equipamento movido pela tração hidráulica, como as comportas. Hoje é um importante sítio arqueológico que carrega consigo parte da história do estado do Pará na medida que é testemunho de uma tecnologia antiga datada possivelmente do século XVIII e que comportava as primeiras atividades de integração da região ao processo de modernização e urbanização do estado (GUERRA, 2001).

Outro momento histórico importante remonta ao período em que a ilha comportou a Brigada Militar Pernambucana, ponto estratégico para combater os revoltosos da Cabanagem. No período da revolta da Cabanagem (1835-1840) essa brigada ocupou a ilha em razão de sua localização geográfica estratégica, com o objetivo de fazer a defesa da capital. Melo (2010) aponta que juntamente com a cidade de Vigia de Nazaré, Cotijuba abrigou a base militar, pois os Cabanos, em alguns momentos se escondiam nas ilhas próximas. Sobre a brigada militar têm-se poucas informações precisas, o que se sabe é basicamente fruto de entrevistas com moradores antigos da ilha.

Fotografia 02 - Ruínas do Engenho Fazendinha na praia do poção



Fonte: Gutemberg Guerra, 2017.

Representando o período da história da ilha que atualmente é mais conhecido, a CRC foi implantada em 1932. Na fotografia 03, a CRC ainda encontra-se em funcionamento, já na fotografia 04, observa-se principalmente as ruínas do antigo presídio. A construção da CRC objetivava uma reeducação e preparação de menores infratores e “desocupados”, proporcionando-lhes uma educação profissional (PINON, 2012). A escolha da ilha de Cotijuba para a construção da colônia é justificada pelo isolamento e precariedade de transporte para a capital, assim como pelas correntes violentas da baía em sua direção (MELO, 2010).

Fotografia 03 - Imagem do antigo educandário Nogueira de Farias



Fonte: Cristino Martins / Ag. Pará/Fotospublicas (S/D).

Fotografia 04 - Ruínas do antigo educandário Nogueira de Farias



Fonte: Cristino Martins / Ag. Pará/Fotospublicas, 2017.

Nesse sentido, destaca-se a relação do Estado do Pará com a “Era Vargas” no país, pois o projeto da CRC fora pensado na gestão de Magalhães Barata (1930-1935), interventor

nomeado por Vargas para o estado. A necessidade de fazer uma “limpeza” e eliminação dos desocupados nas ruas são características bem simbólicas dessa época no Brasil. Com efeito, Melo (2010, p. 82), explica que:

A partir de 1934, eram recolhidos e presos pela polícia todo e qualquer menor de idade que estivesse perambulando pelas ruas da cidade a ponto de cometerem algum ato delinvente (hoje se diria em situação de risco). Assim que eram recolhidos e presos pela polícia civil eram encaminhados para a central de polícia ou diretamente para a CRC para que lá pudessem aprender algum ofício que lhes ocupasse a mente em coisas edificantes, ou seja, eram levados a CRC para receberem educação para evitar que se tornassem criminosos já na primeira fase de suas vidas.

Com o funcionamento da CRC se inicia uma acentuada ocupação humana na ilha pois, conforme Melo (2010), a infraestrutura básica e a abertura de vias também são realizadas. Após passarem pelo sistema de aprendizado de alguma profissão necessariamente agrícola, os colonos passam a realizar uma significativa ocupação humana e construíram, junto aos seus familiares, o modo de vida ligado às atividades agrícolas em Cotijuba. A exemplo de suas características rurais, o extrativismo vegetal para subsistência e a utilização dos rios para a mobilidade de grande parte dos ilhéus, comprovam uma peculiaridade das cidades amazônicas, sua relação íntima com o rio e sua reprodução de vida ribeirinha.

Vale destacar que um dos mais notórios traços da história da ilha é o momento em que Cotijuba foi conhecida como a ilha que representava o terror e a tortura dos criminosos de Belém. Melo (2010), menciona os períodos históricos de ascensão e declínio do Educandário e a contribuição da figura do então governador Zacarias de Assumpção na implementação de um presídio para abrigar criminosos perigosos. É nesse momento, segundo o mesmo autor, que se constrói a afirmação do presídio que mantinha seus presos sob tortura física, repressão e terror. As ruínas do Educandário representam importante símbolo da formação espacial de Cotijuba e, por isso, um patrimônio com significativo valor histórico para seus antigos moradores que pretendem amenizar a história de terror da ilha para dar ênfase ao período do Educandário das profissões ensinadas aos menores em situação de risco (MELO, 2010).

Todas essas caracterizações demonstram a produção do espaço na ilha de Cotijuba e a influência que cada período histórico possui na produção e reprodução do espaço atualmente. A ilha está imbricada em características urbanas e rurais. As diversas apropriações acarretaram modificações e novas dinâmicas territoriais, ambientais e culturais em Cotijuba, principalmente pelo potencial turístico, com edificações históricas, trilha ecológica, igarapés e praias de água doce. As características naturais possibilitam diversas apropriações cujas contradições são realizadas por vários agentes, os habitantes da ilha; os visitantes atraídos pelo atrativo turístico praiano que reflete conflitos de preservação ambiental/cultural; e o poder público através da Prefeitura de Belém - PMB cujo ordenamento territorial descrito no plano diretor da capital paraense foi motivado pelo crescente turismo na ilha. O avanço da atividade turística conhece diferentes momentos históricos, com destaque para ativação do transporte fluvial pela PMB, a inauguração do Terminal Hidroviário Poeta Antônio Tavernard pela PMB em 2000 (ver fotografia 05) e a implantação da energia elétrica em 2005.

Fotografia 05 - Chegada ao Terminal Hidroviário Poeta Antônio Tavernard



Fonte: Pereira, 2017.

O avanço de equipamentos urbanos e atividade turística têm desencadeado diversas mudanças nas relações e territorialidades. A espacialidade da ilha imbricada ao processo de maior facilidade de acesso às praias demonstra uma desorganização espacial que pode ser percebida pelo aumento da violência, produção de lixo e no abandono de antigas atividades realizadas pelos ilhéus. O setor de serviços parece está atraindo cada vez mais a população ilhéu à medida que antigas atividades agrícolas estão sendo cada vez mais abandonadas.

A espacialidade peculiar de Cotijuba está relacionada às especificidades de seu uso e apropriação. A ilha, apesar de conter equipamentos urbanos, ainda apresenta forte característica rural. Ainda que seu acesso seja exclusivamente fluvial, cuja a frequência de embarcações é diária e regulamentada pela Secretaria de Mobilidade Urbana de Belém - SEMOB, a ilha é a única com essa característica que possui terra firme. Nesse sentido, as peculiaridades do urbano-rural estão presentes nas mais diversas atividades realizadas pelos ilhéus. A porção sul é onde localiza-se o principal porto, que por sua vez concentra a maioria dos equipamentos e relações urbanas. A extensão territorial considerável proporciona certa distância geográfica entre a porção mais urbanizada e os demais habitantes, e estes são os que mais ainda reproduzem o modo de vida ribeirinho, como pode-se perceber na fotografia 06, que a casa possui sua estrutura suspensa ao solo caracterizando uma residência ribeirinha - delineando temporalidades distintas entre ilhéus da mesma ilha.

Fotografia 06 - Residência Ilhéu na Porção Leste da Ilha



Fonte: Pereira, 2017.

Melo (2010) aponta que embora muitos ilhéus tenham suas atividades econômicas ligadas ao extrativismo, pesca artesanal e turismo, é expressivo também a quantidade de habitantes que trabalham em Icoaraci e Belém nas mais diversas atividades como: mercado formal e informal, serviço público e privado ou comerciantes. Todavia, com relação às atividades econômicas, Melo (2010, p. 22) ressalta que:

[...] esta prática produtiva está a cada ano sendo abandonada pelos agricultores devido a falta de incentivos ou mesmo pela preferência que os mesmos dão a outras atividades como o comércio ou a prestação de serviços de transportes. Essa mudança de opção produtiva causou um freio na produção agrícola que em décadas anteriores foi a principal atividade econômica de Cotijuba.

Os aspectos culturais da ilha, que se configuram numa realidade mais rural, cada vez mais vão se perdendo com o espraiamento do tecido urbano, este fato modifica toda a reprodução social, ao passo que juntamente a isso, a atividade turística continua sendo realizada, com algumas modificações e outras permanências que caracterizam a realidade atual da ilha.

A QUESTÃO DO TURISMO EM COTIJUBA: MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E (CO)EXISTÊNCIAS NO COTIDIANO ILHÉU

De acordo com a Organização Mundial de Turismo – OMT: turismo é a atividade de um viajante, com pernoite, fora do seu entorno habitual. Mas como então caracterizar àqueles

moradores de Belém que viajam para Cotijuba, há 40 minutos do continente? Ao analisar tais questões para a ilha de Cotijuba, essa sempre se torna uma das questões mais conflitantes na discussão. No entanto, entende-se aqui neste trabalho que a vivência de quem viaja é o que o faz turista ou não. Configurando assim no que se chama de turismo de excursionismo, o qual passa menos de 24 horas no local. Pois mesmo sabendo que Cotijuba faz parte de Belém, as relações trocadas entre os que vem de Cotijuba para Belém é demasiadamente diferenciada daqueles que visitam a ilha. Nesse sentido, concordamos com Ribeiro (2007), pois

Os objetivos das organizações oficiais do turismo, como a OMT, dizem respeito à construção de estatística que confirmam bases à promoção econômica do turismo acabando por se distanciar dos objetivos de compreensão do fenômeno dispensados pelas ciências dedicadas às problemáticas da vida social. O excursionismo sendo uma prática condicionada a viagem, objetivando o desenvolvimento de atividades de lazer e com a clara intenção de retorno não pode deixar de ser incluso entre as práticas turísticas (RIBEIRO, 2007, p. 48).

Resolver questões burocráticas em órgãos oficiais, fazer exames médicos complexos, compras de mantimentos, trabalhar, estudar etc. são características de relações trocadas entre os que vêm de Cotijuba a Belém cotidianamente. Se caracterizam em relações pertinentes ao mundo urbano, mundo do trabalho, o cotidiano do tempo rápido, da produção do espaço pelo/para o capital. As relações são da metrópole, com o tempo rápido da metrópole. Onde também, concomitantemente, se observa o cotidiano da vizinhança, da família, porém, as relações trocadas aqui, destes que de lá vem, diferem das relações trocadas lá dos que daqui vão. A cidade, Belém, local e meio das interações complexas do urbano, produz assim, seus turistas peculiares viajantes dentro de um espaço curto, com espacialidades distintas e temporalidades diversas, onde aqui, as relações trocadas é o que os distingue (LEFEBVRE, 2016).

Feitas as considerações sobre o turista belenense de Cotijuba, caminha-se, então, para o turismo realizado na ilha. Em outros momentos deste texto, pode-se observar o turismo como importante organizador do espaço e produtor de novas relações. Como prática social e atividade econômica é um importante vetor de produção do espaço (CRUZ, 2008).

No processo de produção do espaço em Cotijuba, a comunidade local, o mercado, o estado e os visitantes produzem um espaço dos afazeres turísticos que acabam ganhando inerência ao cotidiano ilhéu. A organização da comunidade para o recebimento do visitante passou a delinear, há poucas décadas, um novo espaço na ilha, desencadeando novas espacialidades, temporalidades e (co)existências. Nesse sentido entende-se que

[...] não são apenas Estado, mercado e turistas que produzem os espaços relativos aos fazeres turísticos, mas também as sociedades que vivem nesses lugares, parte delas transformada, por força de novas contingências, em empreendedores turísticos ou, mesmo em muitos casos, atuando como contra-racionalidades às determinações hegemônicas. A produção do espaço envolve seu uso e apropriação e, neste caso, o conflito termina por ser inerente ao processo (CRUZ, 2008, p. 33).

Como já discutido em outro momento do texto, a atividade turística se desenvolveu junto ao processo de metropolização de Belém, onde nesse contexto, as relações urbanas passaram a aumentar na ilha, tanto nas relações socioespaciais quanto na paisagem. Contudo, o mercado turístico na ilha ainda encontra-se muito precário, o que sugere que o turismo fora se delineando e junto a ele, a comunidade local, também fora buscando se adaptar à nova racionalidade crescente.

Entendo que a extensão territorial da ilha é bastante considerável, percebe-se que o uso e apropriação do território se dá de maneira bem diferenciada, de acordo com a localização geográfica no lugar. As praias da ilha de Cotijuba e o contato com a natureza, são potenciais inegáveis para atrair diversos visitantes em certas épocas do ano. Melo (2010) afirma que as atividades que ainda permanecem dos tempos de antes, da crescente atividade turística, coexistem, em grande medida, com as novas espacialidades compostas por um mercado em formação para recebimento de visitantes.

Mesmo no universo da atividade turística, há as subdivisões das atividades também de acordo com espaço geográfico na ilha. As práticas turísticas na ilha se configuram basicamente em: Turismo excursionista, Turismo de segunda residência, Turismo ecológico, Turismo de base comunitária. Essas visitas ocorrem, em grande medida, nas férias escolares, finais de semanas e feirados.

Saindo do continente, como já exposto, a travessia a ilha se faz apenas via fluvial, onde barcos saem de dois pontos diferentes de Belém. O mais tradicional e de maior repercussão é o de Icoaraci, que faz o trajeto até o Terminal Hidroviário de Cotijuba. Este transporte é diário e regular. É realizado por um barco, mais conhecido como “barcão”, que suporta em torno de 300 passageiros.

Como resultado das entrevistas dos trabalhos de campo, tem-se uma intensa discussão a respeito do turismo ali realizado. Pois percebeu-se que o papel da ilha na divisão espacial do trabalho, no processo de metropolização de Belém, fora de se estabelecer como espaço de lazer das camadas mais populares do continente. Huffner (2011), afirma que o turismo em Cotijuba, em grande medida, é realizado por visitantes de condição sócio econômica de renda baixa e este fato contribui para compreender as peculiaridades locais do turismo, tais quais seus possíveis impactos.

Na tentativa de traçar um perfil de visitantes para ilha, no Quadro 03 pode-se observar os bairros e as ocupações de parte dos visitantes. A ilha, em sua maioria, é frequentada por pessoas da região metropolitana de Belém, por conseguinte, dos bairros mais afastados da área central, e é na área central que se encontra os bairros mais nobres da cidade.

Quadro 03 - Bairro e ocupação dos frequentadores de Cotijuba⁵

Bairro	%	Ocupação	%
Icoaraci	23	Autônomo	16
Marituba	17	Estudante	10
Pedreira	10	Aposentado	10
Sacramenta	7	Desempregado	10
Tapanã	7	Pedagoga	10
Tenoné	3	Agente de endemias	7

5 Os dados descritos na tabela são provenientes do trabalho de campo em abril de 2018. Foram entrevistadas 30 pessoas que iam viajar de volta à Belém. A escolha por essa quantidade de entrevistados está relacionada à quantidade de lotação do barco da prefeitura que em torno de 300 pessoas.

Jaderlândia	3	Dona de casa	7
40 horas	3	Cabelereira	3
Cabanagem	3	Pintor	3
Sideral	3	Camareira	3
Outeiro	3	Copeira	3
Cremação	3	Téc. de enfermagem	3
Parque Verde	3	Geógrafo	3
Cidade nova 6	3	Gerente de loja	3
Terra firme	3	administrador	3
Benguí	3	Costureira	3
Umarizal	3	Doméstica	3

Fonte: Pereira, 2018.

O turismo excursionista realizado na ilha demonstra a desorganização e os problemas que formam a partir de uma crescente visitação sem o devido cuidado do poder público para um ordenamento territorial, obedecendo ao plano diretor e as peculiaridades de Cotijuba. Curiosamente, o perfil de idade dos frequentadores da ilha de Cotijuba se configura em pessoas de idade superior aos 30 anos (ver quadro 04). Com o aumento das vendas dos lotes, conseqüentemente, o turismo considerado de segunda residência também teve um significativo avanço.

Quadro 04 - Faixa de idade dos visitantes de Cotijuba

Idade	%
19 – 30	20
31 – 50	50
51 – 70	30

Fonte: Pereira, 2018.

Os dados expostos a baixo dizem respeito a outra opção de viagem a Cotijuba, se faz também por um barco grande que sai do porto do Ver-o-Peso. O Porto do Foca está localizado ao lado do mercado do Ver-o-Peso e de lá também saem viagens diariamente a ilha de Cotijuba (ver tabela 01), porém, esta informação ainda é pouco divulgada. O barco não possui vínculo com a prefeitura de Belém e paga para atracar nos portos no momento de embarque e desembarque de passageiros. Na ilha de Cotijuba, este barco que sai do Porto do Foca, aporta em um trapiche localizado na fábrica de gelo, que está localizada também na porção sul de Cotijuba próximo ao Terminal Hidroviário.

Tabela 01 - Locais de saída, preços e horários das viagens para Cotijuba com saída do Ver-o-Peso

Local de saída	Horário (finais de semana e feriados)	Horário (segunda a sexta)	Preço único
Ver-o-Peso / Cotijuba	08:00	12:00	R\$ 10,00
Cotijuba / Ver-o-Peso	16:30	5:40	

Fonte: Pereira, 2018.

No mesmo porto, também fazem o embarque e desembarque de barcos fretados para passeios à ilha. Esses passeios são caracterizados como piqueniques os quais são vendidos por uma tarifa única de ida e volta para cada passageiro. Custa em média 50 reais. Neste barco há a venda e consumo de bebidas e comidas, também são oferecidas atrações musicais como pequenas aparelhagens e música ao vivo. Esses barcos são, de certa forma, proibidos de atracar no terminal hidroviário de Cotijuba, pois a estrutura do porto não suporta o porte dessas embarcações.

As práticas de piquenique/passeio se configuram em um turismo considerado agressivo, pode-se perceber nas entrevistas realizadas que esse tipo de turismo é muito mais impactante do que positivo para a ilha. Uma entrevistada fala sobre como ocorre esse tipo de turismo:

[...] esses turistas vêm de Belém e também de outros locais do Pará. Eles só vêm detonar as praias, porque eles trazem suas bebidas, sua comida e aqui só faz deixar o lixo. São pessoas de renda mais baixa, chegam todos de uma vez, com uma barulheira nos barcos, não respeitam nada e nem consomem as coisas aqui. Só deixa lixo mesmo. (Ex-presidente do Movimento das Mulheres das ilhas de Belém – MMIB. Informação coletada em uma palestra no trabalho de campo em agosto de 2016).

[...] barco de passeio é um caos para Cotijuba, atrapalha a navegação e eles traz tudo, e deixam só o lixo. Já deu briga, já caiu gente bêbada na água, já deu até uma morte. (Morador de Cotijuba. Entrevista realizada no trabalho de campo em julho de 2018).

Esses são os turistas que passam apenas algumas horas na ilha. Chegam pela manhã e vão embora ao final da tarde, também ficam na praia mais próxima do porto onde o barco fica atracado, culminando assim, em não haver despesa com transporte dentro da ilha. Nas entrevistas ficou claro o incômodo que parte da população sente com esse tipo de visitação, sobretudo pelo fato de não haver consumo por parte dos visitantes. Tendo em vista que a quantidade de visitantes é considerável, o pensamento de possibilidade de um alto ganho com essas visitas es está sempre no imaginário dos comerciantes da porção sul da ilha. A fotografia 07 mostra os barcos de passeio para ilha que aportam no trapiche da fábrica de gelo. Geralmente tem uma estrutura bem grande e traz a ilha uma quantidade volumosa de visitantes de uma única vez. No fim da tarde, os passageiros se dirigem ao trapiche da fábrica de gelo para retornar a suas residências, na viagem do barco Sto Expedito, vai ocorrendo festa com venda de bebidas e som de aparelhagens. A fábrica de gelo é uma cooperativa que fabrica gelo e faz sua venda pelo trapiche onde seus clientes aportam para fazer a compra, mostrada na fotografia 08. Também há o ganho extra com o aluguel do trapiche para a atracac o de barcos de passeio e o barco que faz a viagem diária Belém-Cotijuba, saindo do porto do Foca, do Ver-o-Peso.

O turismo excursionista é o que caracteriza as viagens dos barcos de passeios citados anteriormente. Mas também, se configura na maioria das práticas turísticas atualmente realizadas na ilha de Cotijuba. As praias receptoras desse tipo de turismo é a Praia do Farol e a do Vai-Quem-Quer. Todavia, é na praia do Farol que tal prática é sobremaneira realizada. o baixo custo da realização, a facilidade de acesso, as redes de circulação e o provimento de uma infraestrutura básica para as visitas es, foi o que provocou a incidência desse turismo em Cotijuba, sobretudo, entendendo-se que tal prática fora a primeira a ser disseminada na ilha. De acordo com Ribeiro (2007), o turismo excursionista também é caracterizado por visitantes, em grande medida, economicamente desfavorecidos, visto que uma das principais características é a “não existência de grandes dificuldades de acessibilidade no tempo e custo de deslocamento” (RIBEIRO, 2007, p. 46).

Fotografia 07 - Barcos de passeio para Cotijuba



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 08 - Trapiche da fábrica de gelo



Fonte: Pereira, 2018.

Para quem vem de Belém pelo porto de Icoaraci, e aporta no terminal hidroviário da ilha, o primeiro contato com os ilhéus se dá logo no terminal e depois, na praça central da ilha, que fica à frente do antigo educandário. Logo na entrada da ilha se forma um corredor com onze vendedoras de produtos locais, mais especificamente de lanches produzidos por elas. São bolos, salgados, sucos de frutas regionais, entre outras coisas. Essas comerciantes trabalham todos os dias ali, mas a principal clientela delas são os turistas, que ali chegam se se espriam na ilha para diversas localidades.

As vendedoras da praça são as que todos os dias ali, em alta e baixa temporada, recebem os turistas e podem observar o fluxo diário da ilha. O que se observou na pesquisa de campo (ver quadro 05) que essas vendedoras são mulheres provenientes de outras localidades do estado, algumas residem há bastante tempo ali, outras há menos tempo, há as que nem mesmo residem na ilha, porém trabalham lá todos os dias.

Quadro 05 - Características do turismo e da procedência das vendedoras do porto de Cotijuba

Há quanto tempo está na ilha	De onde veio	Idade	O que faz	Há quanto tempo tem a barraca no porto	Como vê o turismo atualmente em Cotijuba?
11 anos	Barcarena	34 anos	Vendedora de lanche	6 anos	Decadente
Não mora na ilha	Barcarena	37 anos	Vendedora de lanche	10 anos	Ruim
4 anos	Acará	29 anos	Vendedora de lanche	4 anos	Decadente
6 meses	Salvaterra	35 anos	Vendedora de lanche	3 meses	Fraco
28 anos	Belém	56 anos	Vendedora, agricultora familiar	3 anos	Ruim
12 anos	Belém	49 anos	Vendedora de lanche	2 anos	Bom
21 anos	Ananindeua	54 anos	Doméstica e vendedora de lanche	20 anos	Fraco
2 anos	Barcarena	21 anos	Estudante e vendedora de lanche	10 anos	Bom
10 anos	Belém	53 anos	Vendedora de lanches	7 anos	Decadente
Não mora na ilha	Icoaraci	28 anos	Vendedora ambulante e de lanches	8 meses	Péssimo
18 anos	Castanhal	24 anos	Vendedora ambulante e de lanche	3 anos	Bom

Fonte: Pereira, 2018.

Sugere-se que o motivo para estarem ali atualmente está relacionado a questão de produção de moradia, busca por trabalho no processo de metropolização de Belém. Essas não aderiram a atividade turística após o fenômeno ser estabelecido no local, e sim, por motivos outros, buscaram a ilha para sua moradia e assim, entraram para o ramo de vendas aproveitando o contexto das visitas. A atividade turística hoje, mostra-se, de acordo com os entrevistados, numa situação bastante delicada. Muito se ouve sobre a decadência do turismo na ilha e o que se deve a esse discurso sempre trata-se da questão do abandono da ilha e da falta de planejamento e organização da atividade em Cotijuba.

Na extensão da praia do Farol encontra-se dezessete bares e restaurantes (SANTOS, 2017). Os bares organizam-se na praia com suas barracas por toda sua extensão e realizam festas com pequenas aparelhagens (ver fotografia 09). Informações coletadas em entrevistas do

trabalho de campo, percebeu-se que os comerciantes da praia do farol possuem muitas reclamações acerca do turismo na ilha (ver quadro 06). Há uma sensação de decadência da atividade e do movimento de visitas a cada ano. Sobre as atividades turísticas, os comerciantes afirmam que:

Quadro 06 - Fatores de percepção do turismo e modificações no espaço em Cotijuba

Comerciantes dos estabelecimentos	Como vê o turismo em Cotijuba	Como vê as modificações no espaço em Cotijuba	Como vê a presença do poder público em Cotijuba
Farol das estrelas	Fraco	Principal: energia elétrica	Inexistente
Casa Itaguari	Fraco	Principal: energia elétrica	Inexistente
Fama bar e restaurante	Fraco	Principal: energia elétrica	Inexistente
Bar do Farol	Decadente	Principal: energia elétrica e posto de saúde	Inexistente
Recanto das Araras	Fraco	Principal: energia elétrica	Inexistente

Fonte: Pereira, 2018.

A afirmação da diminuição da atividade turística na ilha é compartilhada por todos os comerciantes entrevistados. Estes afirmam que a cada ano, diminui-se mais as vendas e o recebimento de visitantes. A organização na atividade turística, por parte do poder público, para fomentar mais visitantes a ilha é necessária e urgente. Tais afirmativas podem ser identificadas nas palavras de um entrevistado:

O turismo na ilha tá cada vez pior, tá decadente. Não tem um projeto do governo pra trazer mais turista pra cá e os que vem, muitas vezes trazem tudo, aqueles do barco de passei, eles nem consomem muito aqui. Claro que nas férias melhora bastante, mas todo ano vem cada vez menos turista. Em outros tempos, mas quando que esse bar ia tá assim vazio nessa época de feriado (Comerciante, proprietário do bar Recanto das Araras. Entrevista concedida no trabalho de campo em abril de 2018).

As modificações na atividade turística na ilha podem ser explicadas através das modificações ocorridas ao longo dos anos. As visitas que eram sobremaneira realizadas na praia do farol, fora se espalhando para outras localidades da ilha, a incidência do turismo de segunda residência, e da maior facilidade para chegar a praia do Vai-Quem-Quer, também contribuíram para uma diminuição dos frequentadores da Praia do Farol, como mostrada na fotografia 10, os proprietários dos bares e restaurantes distribuem pela extensão da praia barracas para acomodar os clientes. As barracas acabam tomando quase todo o espaço da areia da praia.

Fotografia 09 - Festa de Aparelhagem na Praia do Farol



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 10 - Barracas dos Bares e Restaurantes a extensão da Praia do Farol



Fonte: Santos, Bruna. 2017.

Além da praia do Farol, outra praia também recebe muita visitação e possui maior estrutura para recebimento de turistas é a praia do Vai-Quem-Quer. Nesta também se percebe uma prática turística excursionista, porém com público um pouco mais diferenciado, pois pela sua distância do terminal hidroviário, os frequentadores de antes, eram os que buscam uma praia mais bucólica e afastada das características urbanas. Na praia do Vai-Quem-Quer festas. Esta é s, pois ela, não possuía essa paisagem que tem agora, os visitantes tinham outro perfil.

é realizada, em diversas épocas do ano, festas de aparelhagens com djs que tocam reggae a festa inteira, o que configura numa restrição de público para os bares que realizam essas festas. Esta é uma praia que sofreu um pouco mais de modificação, de acordo com entrevistados, pois ela, não possuía essa paisagem que tem agora, os visitantes tinham outro perfil.

Essas modificações se deram pela maior facilidade de acesso e aumento de estrutura para recebimento dos visitantes. As motorretes, mostrada na fotografia 11, são veículos recentes na ilha, possuem menos de dez anos, fora implementada ali a partir da liberação do uso de motocicletas com menos de 25cc na ilha, atualmente fazem o trajeto a essa praia – que possui esse nome pelo fato da distância com relação ao terminal hidroviário, com muito mais rapidez que os chamados bondinhos e charretes. As motorretes são motos adaptadas a charretes (ver fotografia 12) que podem levar cerca de 6 a 8 passageiros de uma só vez. Há quem busque aspectos mais tradicionais da ilha e opte pelo trajeto de charrete, puxada pela tração animal, ou mesmo os tradicionais bondinhos (ver fotografia 13). No entanto, as motos são o transporte que cresce demasiadamente na ilha, sem qualquer fiscalização, e oferece o serviço de locomoção às praias com muito mais rapidez.

Fotografia 11 - Motorrete de Cotijuba



Fonte: Martins, Cristino. 2017.

Fotografia 12 - Charretes de tração animal de Cotijuba



Fonte: Santos, Bruna. 2017.

Fotografia 13 - Bondinhos de Cotijuba



Fonte: Santos, Bruna. 2017.

Atualmente a praia do Vai-Quem-Quer possui na sua extensão 32 bares, restaurantes e pousadas, estes estabelecimentos modificaram intensamente a paisagem da praia, pois de acordo com relatos das entrevistas, não havia tantos bares ali e a poluição sonora e visual eram bem menores. A incidência de violência também se configura em uma das mudanças mais observadas na praia do Vai-Quem-Quer, por ser uma das praias mais distantes da porção mais urbanizada da ilha, na comunidade do Vai-Quem-Quer pouco se via relatos de furtos ou eventos de violência, fato que está se modificando cada vez mais, de acordo com entrevista realizada.

[...] aqui o turismo era bem melhor, era mais sossegado, tinha menos bagunça, mas ainda sim tá bom, da pra viver. Com minhas vendas eu ajetei minha casa, fiz esses quartinhos pra alugar, tô trabalhando por aqui, mas mudou muita coisa por aqui. Eu não saio daqui por nada, morara e trabalhar aqui perto da natureza pra mim é tudo de melhor (Comerciante, 67 anos, moradora, entrevista realizada em julho 2018).

[...] o turismo aqui tá péssimo! Desorganizado, caro... essa ilha já foi mais visitada. A vida e o turismo no passado era melhor que hoje. Quem vinha visitar a Vai-Quem-Quer era quem buscava o rústico, respeitava a natureza, mantinha a praia limpa, mas agora tudo mudou, pode perceber por esse monte de bar aí com essa barulheira toda. Eu era de Belém, mas não vou mais embora daqui não. Ainda assim aqui é muito melhor a qualidade de vida (Comerciante, 64 anos, morador, entrevista realizada em julho de 2018).

[...] essa ilha já foi mais visitada. Aqui era melhor a vida, a gente não se preocupava com assalto. Moro aqui pelo sossego e tranquilidade, mas está ficando difícil... hoje se vê tráfico de drogas, assalto (Comerciante, 54 anos, morador, entrevista realizada em julho de 2018).

Muito se ouve também sobre a dependência que a atividade turística gerou aos moradores da ilha, principalmente aos que residem próximo das praias com maior visitação e próximo à área mais urbana da ilha. A atividade turística enquanto atividade econômica que deveria ser uma opção de desenvolvimento para Cotijuba e contribuir como renda extra dos ilhéus, acabou tornando-se a única atividade econômica para muitos moradores da ilha, que com o aumento da competitividade, passou a sentir uma decadência na oferta de serviços e no que conseguia arrecadar em tempos atrás.

Diante disso, em entrevista, percebeu-se as fragilidades que a atividade turística acabou adquirindo e instalando na ilha para um melhor aproveitamento das visitas:

[...] aqui eu percebo que não tem aquela noção, aquela coisa da união que faz a força, do cooperativismo...é cada um por si. Cada um, briga pelo seu espaço, não enxerga o restante como um todo. O turismo aqui é confuso!

Digamos assim, porque a maioria das pessoas aqui vê o turismo só como comércio imediato. Não tem um pensamento de construir, de que forma eles querem o turismo daqui? O turismo daqui poderia ser bem melhor, se for disciplinado, organizado. [...] e também mudou a clientela do turismo, antes a gente tinha um turista que gostava de curtir o luar, curtir a natureza, não tinha medo de ficar na praia, medo de dormir na praia. Agora a gente não tem coragem nem de andar a noite por aqui (Comerciante, 62, moradora, entrevista realizada em julho 2018).

[...] por incrível que pareça, antes o público era outro, deixava mais renda pra ilha. Hoje não! O público anterior valorizava mais a natureza, não tinha o tanto de casa que tem hoje. [...] veio o progresso, mas também veio muita coisa ruim junto (Morador, 63 anos, entrevista realizada em julho de 2018).

O progresso o qual o morador comenta na entrevista é a mudança realizada na ilha nesses últimos anos. Os equipamentos geográficos, a energia elétrica, a abertura de mais ruas, a entrada da companhia de telefone. O morador trata das modificações de uma realidade menos rural como o “progresso” que trouxe benefícios para os ilhéus, no entanto também trouxe muitas modificações maléfica para quem vive ali.

O que se percebe é que o turismo na praia do Vai-Quem-Quer (ver fotografia 14) sofreu mudanças, modificando assim, toda a realidade de quem vive na comunidade do Vai-Quem-Quer. Um espaço mais rústico da ilha que sofreu recentemente com a invasão da massificação do turismo e sua desorganização no espaço.

Fotografia 14 - Praia do Vai-Quem-Quer



Fonte: Pereira, 2018.

Para além do turismo excursionista, mais praticado nas praias do Farol de do Vai-Quem-Quer, a ilha de Cotijuba, nos últimos anos, teve um significativo aumento da prática turística chamada de segunda residência. Os loteamentos crescentes na ilha proporcionaram a intensa produção de moradia fixa e de segunda residência. O turismo de segunda residência se configura em:

[...] um estabelecimento de um vínculo mais forte com espaço utilizado para a respectiva prática, o que pode ser compreendido ao se considerara materialidade estabelecida por este, representada pela residência secundária, dando forma a um tipo de turismo mais sedentário, ou seja, marcado por uma regularidade e uma intensidade de saídas e retornos (RIBEIRO, 2007, p. 37).

As praias do Amor e da Saudade são as que se enquadram nas receptoras do turismo de segunda residência na ilha de Cotijuba. Dentre essa prática de apropriação do espaço, convém destacar que as relações de compra e venda de terrenos para o fim de segunda residência são realizadas por um mercado não específico, ou seja, feita por moradores com terrenos extensos, ou pessoas que compram um terreno maior e fazem loteamentos de terrenos médios e pequenos para vendas. A especulação imobiliária feita por agentes ou corretoras ainda não é realizada na ilha.

As casas construídas para segunda residência, em grande medida, são casas simples, com estrutura básica e em terrenos médios. Nessa via, entende-se que o público que se apropria do espaço para a segunda residência na ilha não é um público de alto padrão, porém, são pessoas que conseguem adquirir uma residência secundária e mantê-la com alguns utensílios para que fiquem disponíveis para quando sua chegada na ilha.

O turismo de segunda residência também se configura em uma problemática muito disseminada pelos moradores locais, pois, o aumento de loteamento desencadeia no aumento de necessidades de infraestruturas adequadas, como o saneamento e abastecimento de água, assim, a produção de outras moradias desencadeia em mais usos de fossas, poços artesianos, energia e retirada da cobertura vegetal.

[...] agora você imagina: o cara compra um terreno grande, divide ele em três e vende todos os três para três famílias diferentes. São três fossas, três poços e eles 'limpam' todo o terreno, sai tirando tudo. É assim que tem acontecido aqui. Tem gente que chega aqui e parece cupim, vai destruindo tudo (Diarista, moradora, 27 anos. Entrevista realizada em julho de 2018).

Apesar do turismo ter se tornado a atividade econômica mais dinamizadora realizada na ilha, muitas críticas partem dos moradores pelos efeitos que essa atividade desencadeia. O turismo excursionista e o turismo de segunda residência, aos seus pontos, sempre deixam seus impactos na paisagem local e no cotidiano de quem tem maior contato com o turista. Acerca disso concordamos que:

O turismo de segunda residência, característico do turismo sedentário está diretamente associado à urbanização acelerada, à intensificação de especulação imobiliária, à pouca geração de lucros para a comunidade receptora, à degradação de extensas áreas e ecossistemas naturais para a construção civil e à influência dos turistas nas comunidades em função de sua força política e econômica. Ou seja, mesmo estando marginalmente associado à indústria turística, ele é responsável por uma infinidade de problemas relativos à urbanização turística (PAES-LUCHIARI, 1999, p. 153).

A nova organização do espaço incluindo os que chegaram recentemente e os que continuam a chegar, transforma toda configuração da paisagem. Cria mais espaços de venda de mantimentos, de materiais de construção e transporte dentro da ilha. Para além disso, desencadeia também formas de criminalidade que para os que vivem na ilha era, até então, uma prática desconhecida: como os arrombamentos de residências. As mudanças nos hábitos dos ilhéus tornaram-se necessárias, com relação a proteção, cuidado e no que se configurava como liberdade na ilha. Em entrevista realizada, percebeu-se que os hábitos cotidianos de dormir na parte externa das casas, ter poucos acessórios de segurança nas casas como grades e trancas reforçadas, andar pela rua a noite e a pé, são hábitos que paulatinamente vão se perdendo. A racionalidade urbana de uma periferia, que traz consigo o aspecto de insegurança e violência assola também para onde se espalha o tecido urbano.

Antes a gente andava por aí tudinho. Não tinha medo de andar só, não tinha medo de andar a noite. Tinha gente que dormia na praia e fora da casa, essas coisas cada vez mais não se vê por aqui. Agora eu não só a noite de jeito nenhum (Comerciante, moradora, 64 anos. Entrevista realizada em julho de 2018).

[...] as pessoas compram terreno, colocam um botijão, um fogão, uma televisão e uma geladeira e vão embora para Belém. Dai, o vagabundo vê que tá sozinho as coisas lá, arromba a casa e leva o que pode. Essas coisas não aconteciam aqui

na ilha. Agora a gente precisa colocar até grade em nossas casas (Comerciante, morador, 63 anos. Entrevista realizada em julho de 2018).

Essas novas relações com o lugar e mudança na paisagem também fazem com que as praias menos frequentadas, aos poucos, vão ganhando mais moradias, mais fluxo de pessoas e pequenos serviços, e se abrindo mais para visitas, uma vez que novos conteúdos requerem novas formas. As praias escolhidas para a prática de segunda residência: praia do Amor e Saudade (ver fotografias 15, 16, 17) apresentam uma paisagem diferenciada das praias onde é mais praticado o turismo excursionista. A paisagem bucólica, pouco barulho, clima mais ameno por conta da vegetação densa, tornam-se potencialidades para o interesse de quem quer adquirir uma residência na ilha

De acordo com Santos (2017) a praia do Amor é onde a prática de segunda residência mais se desencadeia, mas também, recebem alguns poucos visitantes que buscam mais tranquilidade, estes têm a visão de que na praia do Amor o ambiente familiar e o contato com a natureza são mais valorizados. Aos poucos, afastando-se mais da parte sul da ilha, a praia da Flexeira (ver fotografia 18) também vai acompanhando as modificações sofridas pelas praias do Amor e da Saudade. Ainda é bem tímida a incidência de segunda residência na praia da Flexeira, mais o que se percebe é que se configura numa prática em expansão, onde certamente, em pouco tempo, estará ao mesmo nível das demais praias citadas anteriormente.

Essas praias possuem em suas paisagens a orla da praia, diferente de outras praias já ilustradas no texto, não possuem uma estrutura com bares e restaurantes. E sim, se observa uma orla com algumas moradias e significativa cobertura vegetal.

Fotografia 15 - Praia do Amor



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 16 - Residências secundárias na Praia do Amor



Fonte: Bruna Santos, 2017.

Fotografia 17 - Orla da Praia da Saudade



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 18 - Praia da Flexeira



Fonte: Pereira, 2018.

Se afastando um pouco mais da área central da ilha, que compreende a parte sul, chega-se onde as relações se realizam com um tempo mais lento, o que se percebe é que ao se afastar do centro a temporalidade e a espacialidade vai negando uma racionalidade mais urbana e a floresta e o rio vão se tornando mais inerentes ao cotidiano ilhéu. As casas parecem mais afastadas uma das outras e a oferta de serviços até parece inexistente. Contudo, é nesse cenário que se delinea um lugar propício para a ocorrência da prática turística conhecida como turismo ecológico.

O turismo ecológico é a prática turística, em grande medida, que mais se aproxima das características desenvolvidas na parte mais oeste da ilha, na praia Funda. A praia Funda está localizada entre a praia da Saudade e praia da Flexeira. O turismo de segunda residência desencadeado na praia da Flexeira capta a centralidade desenvolvida na praia do Vai-Quem-Quer, onde pode-se observar uma organização turística de serviços (pousadas, bares, restaurantes, pontos de transporte) mais desenvolvida. Todavia, a praia Funda encontra-se distante da parte central – próximo ao terminal hidroviário, e distante também da parte um pouco mais urbanizada da praia do Vai-Quem-Quer. Enquanto um enclave entre as praias, a praia Funda não está isenta das práticas turísticas, com um público um pouco mais seletivo, recebe visitantes o ano inteiro nas temporadas de férias, finais de semana e feriados.

A atividade turística realizada na praia Funda possui uma organização especial para o público que a frequenta. O contato com a natureza e a tranquilidade é um dos atributos mais disseminados por quem organiza o espaço turístico por lá, espaço esse que não possui grandes cadeias e redes de serviços e sim algo simples porém com conforto acompanhando uma racionalidade da comunidade tradicional, o que possivelmente também é um dos atributos de venda no local, como atrativo turístico.

A praia Funda possui apenas poucas pousadas a beira da praia (ver fotografias 19 e 20), que de certa maneira se apropriaram daquele espaço para a comercialização de uma natureza exuberante. Como um espaço privativo, recebe algumas atrações durante o ano. São festas que acabam por incorporar um público seletivo. Festas de músicas regionais são as de maior ocorrência na praia, com a organização dos donos de pousadas. Uma vez que a praia Funda não possui um fácil acesso, é distante da área onde se concentra mais serviços, o visitante que ali frequenta não se caracteriza como o excursionista, que busca diminuir ao máximo os custos e o tempo no lugar. Também não o turista de segunda residência que ali frequenta, pois a prática de loteamento ainda não está disseminada nessa porção da ilha. A saber, o ecoturismo se configura em

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p. 4).

Nesse sentido, a praia Funda se caracteriza por ser uma parte da ilha que ainda guarda as relações que antes na praia do Vai-Quem-Quer eram mais realizadas, como: poucas pousadas, cuidado com os aspectos naturais da praia, cobertura vegetal densa e pouca incidência de atos de criminalidade. A organização do espaço ali ainda busca reservar as raízes da ocupação turística na ilha, da busca pelo bucólico e regionalidade.

Fotografia 19 - Praia Funda



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 20 - Orla da Praia Funda



Fonte: Pereira, 2018.

Em cada lugar dentro da ilha, o espaço produzido pelas práticas turísticas mostra a fuga do urbano, do tempo rápido da produção de um espaço para o capital. O tempo lento do lazer, ao que parece, também é heterogêneo dentro da ilha que recebe gradativamente o tecido urbano da metrópole se espalhando. A apropriação do espaço pelo turismo repertoria novos usos e novas paisagens na ilha, mas também, resistentes ali, encontram-se as permanências, por conseguinte, as contiguidades que dão as relações socioespaciais novos conteúdos. Nessa via acredita-se:

[...] o estilo de vida urbano, atualmente, tem-se expandido e coexiste com modos de vidas, outras temporalidades no espaço geográfico. Talvez, um dos maiores fenômenos sociais que possibilita essa expansão seja a atividade do turismo, reunindo necessidades psicossociais, como também, o consumo dirigido, criando simulacros da realidade e fetiche espacial de uma natureza intocada e endeusada, separada do homem, segregando e excluindo pessoas no seu processo de desenvolvimento. (SOUZA, 2008, p. 109).

Nessa dinâmica que o espaço segue sendo produzido, nas relações cotidianas denunciadas no lugar, sob o efeito e causa dos agentes exógenos e sob uma racionalidade híbrida, entre o novo e o antigo, o “progresso” e o rústico. Assim, constrói-se diversas possibilidades de reprodução social, nesse momento do texto, tratando-se da atividade turística como produtora e organizadora do espaço, tem-se agora, o turismo de base comunitária como discussão, desprendendo-se de um turismo de sol e praia a essa altura, atravessando à porção leste da ilha de Cotijuba, chegando às comunidades Fazendinha e Poção.

A comunidade Fazendinha localiza-se a cerca de 18 km de distância do terminal hidroviário de Cotijuba, com difícil acesso a esta porção da ilha, sem transporte frequente que realize este trajeto, esta comunidade permanece afastada da área mais central e junto a distância geográfica, permeia-se também a distância das relações mais ágeis, dos horários rígidos. As comunidades Fazendinha e Poção ainda resistem no modo de vida mais rural, da agricultura,

pesca e artesanato. De acordo com Ecomuseu da Amazônia /Fumbosque (2016) nessas comunidades 80% recebem apoio financeiro de programas sociais e a renda mensal média de 90% deles é de apenas um salário mínimo.

Essa é a parte da ilha em que o modo de vida se configura ribeirinha. A dependência da pesca de camarão, peixes e coleta do açaí é muito comum nessas comunidades. Em visita técnica pelas comunidades, pode-se perceber muitas pequenas embarcações atracadas no “quintal”, que por sinal, se estende ao rio. Essas embarcações são o instrumento de trabalho de muitas famílias dali, mas também é seu veículo de locomoção para as outras partes da ilha e para o continente.

As residências nessas comunidades, que estão mais a beira do rio, geralmente possuem uma estrutura erguida do chão para a proteção de invasão das águas em tempo de maré cheia. São casas simples, em grande medida, de madeira, com terreno extenso onde lá é cultivado diversas plantações e criação de animais. A fotografia 21 mostra uma casa de uma família ribeirinha erguida do chão. Na realização da visita de campo para uma entrevista, o morador estava preparando seu instrumento de pesca de camarão, mostrado na fotografia 22. E na fotografia 23, vê-se plantações de açaí para a subsistência da família e a venda de um pouco do excedente, o ribeirinho cultiva o açaí no quintal da sua casa.

Fotografia 21 - Casa de família ribeirinha



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 22 - Instrumento para pesca de camarão



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 23 - Plantação de açaí



Fonte: Pereira, 2018.

São nessas comunidades, onde ainda se tem muito das tradições e modo de vida dos primeiros moradores da ilha que o turismo de base comunitária – TBC foi implantado. De acordo com Mielke (2009), o turismo de base comunitária pode abrir novas possibilidades de trabalho para o conjunto de mão de obra familiar, contribuindo no aumento de renda e na melhoria das condições de vida da população local. Para além do aumento da renda familiar, deve-se pensar na construção de parâmetros que contribuam para a manutenção do modo de vida que os moradores locais estão habituados a viver no cotidiano. Nessa via,

De fato, a atividade turística regional/local deve primar pelo respeito ao patrimônio natural e cultural do meio em que ela se desenvolve. Além disso, a participação das populações locais é considerada um elemento-chave para a realização da sustentabilidade, o que significa dizer que as populações locais devem ser promotoras e, ao mesmo tempo, beneficiárias da atividade turística fomentada em âmbito regional/local. (MIELKE, 2009, p. 10).

No sentido de valorização do patrimônio cultural e natural do cotidiano dessas comunidades, o ECOMUSEU DA AMAZONIA/FUMBOSQUE⁶ buscou trabalhar nesse projeto de TBC os saberes e fazeres dos moradores locais, suas insularidades – o modo de vida peculiar de quem mora nas ilhas, e suas ilheidades – os imaginários cotidianos, a dimensão simbólica do espaço. (DIEGUES, 1998).

Para a obtenção do projeto de TBC nas comunidades de Poção e Fazendinha o Ecomuseu da Amazônia/ FUMBOSQUE precisou trabalhar em parceria com a comunidade no sentido de identificação dos objetos/ relações que poderiam servir como atrativo turístico de visitação. Com efeito, a identificação do patrimônio natural e cultural daquela comunidade fez-se necessário.

O início do processo de planejamento para o desenvolvimento do turismo de base comunitária na região insular de Belém, capitaneado pelo Ecomuseu da Amazônia, se deu a partir da percepção das demandas e possibilidades de projetos a serem implantados, e que consistiu na inventariação patrimonial das comunidades e de seu território. A identificação do patrimônio foi feita de forma participativa, tendo como metodologia a elaboração de biomapas, que são representações gráficas/ artísticas contendo o patrimônio preconizado e valorizado pela comunidade (BELÉM, 2016, p. 11).

Assim o Ecomuseu da Amazônia passou a trabalhar com as comunidades pautado em quatro princípios norteadores:

- O empoderamento e pertencimento comunitário perante a atividade turística e o seu território;
- A capacitação para o TBC;
- A estruturação do destino;
- A educação patrimonial e ambiental comunitária.

6 O Ecomuseu da Amazônia é um programa vinculado à Funda o Centro de Referência em Educa o Ambiental –Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira da Prefeitura Municipal de Belém. O programa atua por meio de projetos desde 2007 na região insular de Belém, principalmente nas ilhas de Caratateua, Mosqueiro e Cotijuba, com a es que visam o desenvolvimento local com base na sustentabilidade socioambiental e valoriza o cultural, contribuindo para a fixa o do homem em sua terra. Surge como uma proposta que enfatiza a museologia social difundida na França nos anos de 1970/80, sendo fundamentado no movimento dos museus ao ar livre, da redescoberta patrimonial no Reino Unido e na g nese do ambientalismo na museologia (BELÉM, 2016, p. 3).

Dessa forma, iniciou-se as atividades com a participação, também, da Secretaria de Estado de Turismo -SETUR, onde reuniões eram marcadas a convite do Ecomuseu da Amazônia aos comunitários, e as atividades foram ganhando materialidade perante a aceitação dos ilhéus. O projeto consistiu na produção de um roteiro de visitação denominado: Roteiro Patrimonial de Visitação. Nessa via, os comunitários são os que fazem todo o processo de recebimento dos visitantes, as falas explicativas dos pontos selecionados e durante o percurso demonstram as atividades realizadas por eles em seu cotidiano. Além de incluírem, também, uma parada no engenho fazendinha.

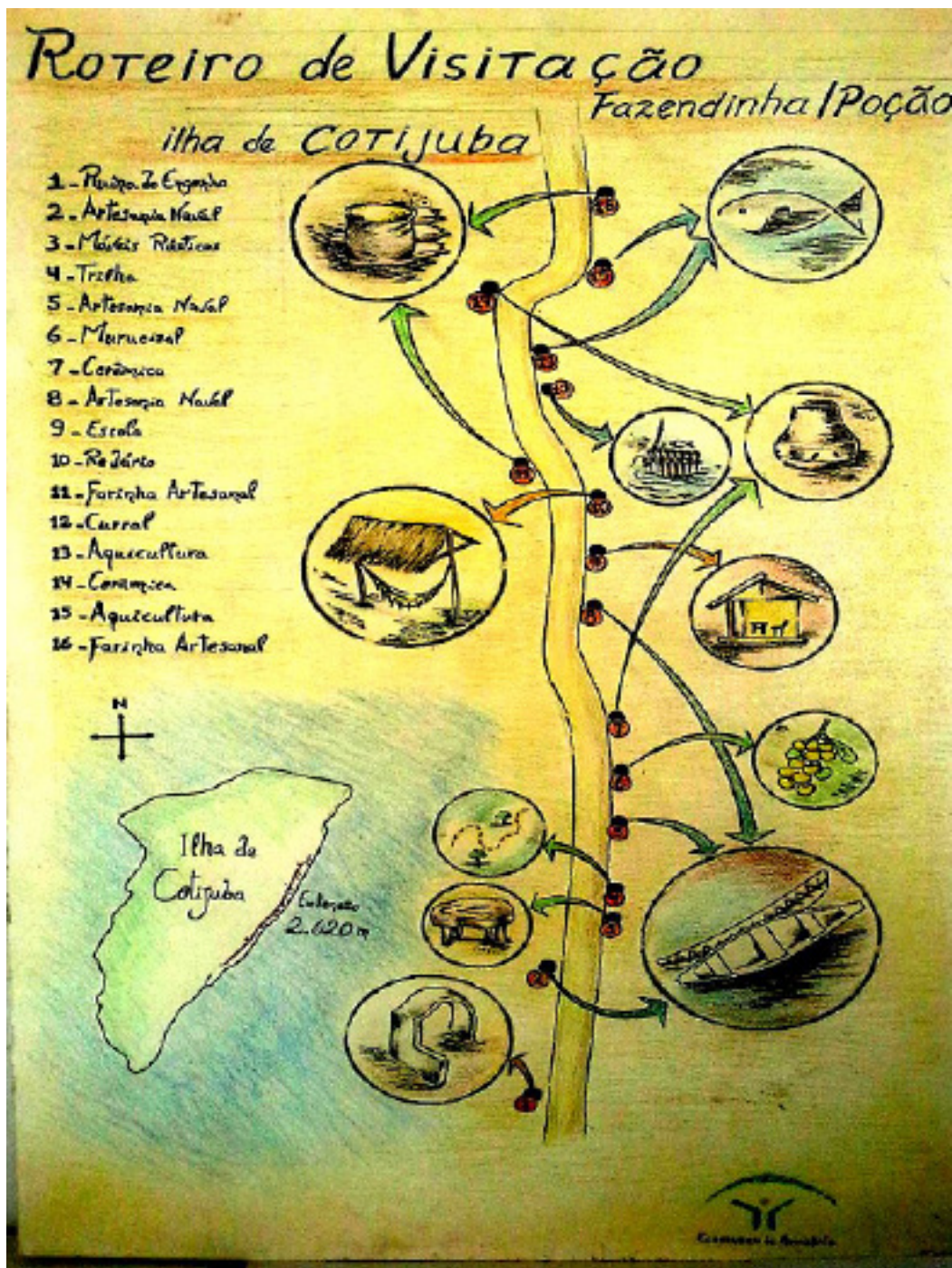
O Roteiro está estruturado em 16 pontos de visitação, contemplando o patrimônio histórico, cultural e natural das comunidades, iniciando pelas ruínas do engenho da Fazendinha, passando pelas residências dos mestres barqueiros, artesãos, agricultores e piscicultores, onde em cada ponto   possível aprender sobre as atividades tradicionais exercidas na comunidade, experimentar a comida, conhecer o cultivo de peixes regionais e conhecer o artesanato local (BELÉM, 2016, p. 14).

Em busca de um modelo de desenvolvimento territorial sustentável, o projeto do TBC nas comunidades ainda está aperfeiçoando as atividades no sentido de contrapor os modelos de segmentos turísticos tradicionais, buscando o pleno protagonismo comunitário na organização de divulgação do roteiro e sua realização. A figura 02 ilustrada a baixo mostra um mapa confeccionado pela comunidade local juntamente ao Ecomuseu da Amazônia, onde estão selecionado para as visitações os pontos que são considerados patrimônio natural e cultural dessas comunidades. A imagem ilustra os saberes e fazeres da comunidade, além de retratar também a paisagem da porção ribeirinha da ilha de Cotijuba.

Entendendo a realidade atual que a ilha de Cotijuba vem passando nos últimos anos, com a gradativa expansão de uma atividade turística desorganizada que aglutina na ilha sem o devido acompanhamento de seus impactos sobre o patrimônio cultural e natural da ilha, o projeto de TBC passa ser uma possibilidade de proteção e organização das atividades turísticas que ainda estão por aglutinar-se nas porções mais remotas de Cotijuba. Com efeito, convém lembrar, que o projeto do TBC nas comunidades de Poção e Fazendinha é o único instrumento de ordenamento realizado pelo Estado no sentido de acompanhar os impactos e os benefícios causados pela atividade turística.

O espaço geográfico está sendo produzido na ilha numa racionalidade de mudanç as, permanências e coexistências nas relações tradicionais dos ilhéus e as novas relações urbanas advindas do espraiamento do tecido urbano da metrópole. Cotijuba que se configurava numa ilha que tinha como atividade de subsistência a agricultura familiar e a pesca, apresenta hoje uma diminuição significativa das relações com a natureza, no sentido de intensificar as atividades de serviço para turistas. Essa realidade está cada vez mais exposta na paisagem da ilha, que ainda guarda em alguns lugares, resquícios da vivência com aspectos rurais de antes. E para além de tais mudanç as e permanências, ainda concomitantemente, se vê os saberes e fazeres das relações dos ilhéus com a natureza como um atrativo para o turismo de base comunitária.

Figura 02 - Biomapa do roteiro de visitação



Fonte: Ecomuseu da Amazônia (2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações socioespaciais na metrópole em expansão com uma cidade tradicional acabam por delinear cada vez mais uma cidade heterogênea que pouco se têm identidade com as águas a partir de um modo de expansão da cidade dispersa (TRINDADE JÚNIOR, 2016). O novo modelo de expansão da cidade atribuiu às ilhas, que correspondem em mais de 50 % do território de Belém, novas relações. A medida em que a acessibilidade fora sendo implantada através da produção do espaço repertoriada pelo Estado.

Na divisão espacial do trabalho, as maiores ilhas em extensão de Belém passam a adquirir o papel de espaço de lazer e fuga do urbano, no mais, com o avanço da metropolização através de maiores facilidades de acesso físico e de relações urbanas nas ilhas, o tecido urbano passa a se espriar cada vez mais rapidamente mudando as relações antes estabelecidas ali, o que não admite mais uma total fuga do tempo rápido da metrópole, uma vez que a metrópole ali já está se reproduzindo.

As mudanças na reprodução do espaço em Cotijuba foram construídas a partir de uma racionalidade urbana cada vez mais crescente. A paisagem atualmente apresenta formas bem distintas de dez anos atrás, com as novas formas também se vê novos conteúdos. O que faz de uma parte da aquela que mais se aproxima do centro, composta pelo porto, lugar das trocas e relações diretas com o continente, um espaço muito parecido com a periferia de Belém.

As coexistências na ilha se apresentam como resistência de um modelo de desenvolvimento a partir do que podem abstrair da atividade que coube a ilha a partir das facilidades de acesso: a atividade turística. O modelo de segunda residência cresce cada vez mais na ilha dando o aspecto que o turismo está ficando gradativamente decadente. Quando na verdade o que mudou foi o modelo de turismo ali realizado. Um turismo com quase nada de planejamento, com pouca interação e identidade com a natureza e com pouco retorno financeiro à comunidade local, uma vez que o visitante traz consigo seus mantimentos de uso para a ilha no momento de lazer.

Como já mencionado na introdução, sendo este artigo produto de uma pesquisa para uma dissertação de mestrado, entende-se que a discussão nesse sentido precisa avançar muito, pois a carência de dados sobre a ilha de Cotijuba ainda é uma realidade e o estudo sobre o turismo desordenado, porém, detentor de uma importância extrema para o desenvolvimento atual da ilha mostra-se como uma urgência de intervenção no sentido de as políticas públicas atentarem para os aspectos de salvaguarda da integridade cultural e ambiental de Cotijuba. As potencialidades turísticas ali são diversas, porém o modelo de produção do espaço realizado apresenta como uma dialética destrutiva, o que atrai os visitantes está cada vez mais comprometido pelo aumento e como esses usos estão ocorrendo.

Como espaço de vivência de antigos agricultores da colônia reformatória, migrantes de outras ilhas, da periferia de Belém, e donos de casas de veraneio, a ilha carece urgentemente de um ordenamento territorial que leve em conta seu aspecto natural não esquecendo da necessidade de desenvolvimento socioespacial para seus moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELÉM, Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. SEGEP. *Anuário Estatístico do Município de Belém*. Belém: PMB, 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. IBAMA. EMBRATUR. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR, 1994. 48 p.

CRUZ, R. H. S. Turismo sustentável na Amazônia: o contexto do desenvolvimento endógeno. In: FIGUEIREDO, L.S. (Org.). *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, 2008, p. 133-146.

DIEGUES, A. C. *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec, 1998.

FERREIRA, S. B. *A expansão dos assentamentos residenciais na Ilha do Mosqueiro: uma particularidade de dispersão urbana no espaço metropolitano de Belém (PA)*. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2012.

GUERRA, G. *Ilhas estuarinas e ocupação humana*. Belém: NAEA/UFPA, 2004.

GUERRA, G. (Org). *Efeitos da ocupação urbana no extrativismo vegetal da ilha de Cotijuba*. Belém. UNAMA, 2007. (Projeto de Pesquisa).

GUERRA, G. O poder das marés na região amazônica no final do século XVIII e início do XIX: o engenho de Cotijuba, Belém, Pará, Brasil. *Movendo ideias*. Belém, v. 6, n. 10. p. 69-74, 2001.

HÜFFNER, P. G. J. *Estudo sobre os impactos do turismo em áreas naturais em processo de urbanização: o caso da ilha de Cotijuba, Belém – PA*. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano), Universidade da Amazônia, Belém, 2011.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Nebli, 2016.

LEFEBVRE, H. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

LOPES, A. S. C. *A Construção da Identidade da Infância na Amazônia Ribeirinha: ilha de Cotijuba Belém – Pará*. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MELO, O. do C. *A comunidade e a construção do lugar na Ilha de Cotijuba (PA)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MIELKE, E. J. C. *Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária*. Campinas, São Paulo: Átomo & Alínea, v.1, p.190, 2009.

MIRANDA, L. M.. *Cidades, águas e ilhas no estuário amazônico*. *Labor & Engenho*, Campinas [SP] Brasil, v. 9, n. 2, p. 81-92, abr./jun. 2015.

PAES-LUCHIARI, M. T. D. *O lugar no mundo contemporâneo - turismo e urbanização em Ubatuba/SP*. Campinas, 1999. 222f. Tese (doutorado) - IFCH, Unicamp.

PINON, A da C. *O uso do território na ilha de Cotijuba: da ruralidade aos equipamentos urbanos*. 2012. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

RIBEIRO, W. de O. *Ordem e desordem do território turístico: a chegada do estranho e os conflitos de territorialidade na orla oeste de Mosqueiro*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

RODRIGUES, A. F. A. C. *A Produção do espaço pelo e para o turismo na área de proteção ambiental da Ilha do Combu (Belém-Pará)*. 2018. 332 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2018.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, M. *Da Totalidade ao Lugar*. 1. ed., 2 reimpr – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, T. V. dos. *Metropolização e diferenciações regionais: estruturas intraurbanas e dinâmicas metropolitanas em Belém e Manaus*. *Cad. Metrop.* [online]. v. 19, n. 40, 2017.

SILVA, Ivaldo das Dores. *Massificação Do Lazer Em Áreas Naturais Amazônicas E Suas Repercussões Ambientais: o caso da ilha de Cotijuba em Belém*. Programa de pós Graduação em Meio Ambiente, Universidade federal do Ceará, 2001.

SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: Uma crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TAVARES, M. G. C. *Políticas públicas, turismo e desenvolvimento local em Mosqueiro*, In: Encontro da ANPPAS, III., 2006, Belém. *Anais... III*, Brasília-DF., 2006. Disponível em: < http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/GT17.html>. Acesso em: 10 jun. 2018.

TRINDADE JUNIOR, S-C. C. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TRINDADE JUNIOR, S-C. C. *Formação metropolitana de Belém (1960-1997)*. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2016.

VASCONCELOS, S. F.A. *O espaço da luta pela moradia no processo de metropolização de Belém do Pará e a reestruturação urbana da ilha de Caratateua no século XXI*. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Geografia, Belém, 2018.